

A cultura e a organização do conhecimento: desafios teórico-metodológicos



Anderson Luiz Cardoso Rodrigues

Mestre em Ciência da Informação - IBICT/UFRJ

Bibliotecário da Biblioteca Prof. Emérito Agrícola Bethlem do Instituto COPPEAD de Administração/UFRJ

andersonlcr@hotmail.com, anderson.rodrigues@coppead.ufrj.br

Resumo

Este trabalho pretende discutir alguns aspectos teóricos para a organização e estruturação do domínio cultura. Devido a complexidade enfatizada pelos especialistas sobre o conceito principal que envolve o domínio, as teorias de classificação tradicionais não são suficientes para sua sistematização. Neste artigo discutimos e propomos uma metodologia híbrida utilizando a Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos, do Classification Research Group, para auxiliar na elaboração de uma estrutura de classificação. E o Cognitivismo, a Análise de Domínio, de Hjørland e a Polirepresentação, de Ingwersen, para o entendimento do domínio e do funcionamento dos processos mentais e das necessidades informacionais dos usuários. No intuito de conhecer e evidenciar as várias facetas e complexidade que envolvem o conceito cultura apresentamos a discussão conceitual presente na literatura, assim como suas principais escolas de pensamento.

Palavras-chave

Cultura
Polirepresentação
Teoria da Classificação Facetada
Teoria dos Níveis Integrativos
Análise de Domínio.

Resumen

La cultura y la organización del conocimiento: desafíos teóricos y metodológicos

Este trabajo pretende debatir algunos aspectos teóricos para la organización y estructuración del dominio cultura. Debido a la complejidad enfatizada por los expertos sobre el concepto principal que involucra el dominio, las teorías de clasificaciones tradicionales no son suficientes para su sistematización. En este artículo debatimos y proponemos una metodología híbrida utilizando la Teoría de la Clasificación Facetada de Ranganathan y la Teoría de los Niveles Integrativos del Classification Research Group, para ayudar en la elaboración de una estructura de clasificación. Y el Cognitivismo, el Análisis de Dominio de Hjørland y la poli-representación de Ingwersen, para lo entendimiento del dominio y del funcionamiento de los procesos mentales y las necesidades informacionales de los usuarios. Con el intento de conocer y evidenciar las múltiples facetas y complejidad que implican el concepto cultura presentamos la discusión conceptual presente en la literatura, así como sus principales escuelas de pensamiento.

Palabras clave

Cultura
Poli-representación
Teoría de la Clasificación Facetada
Teoría de los Niveles Integrativos
Análisis de Dominio.

Abstract

Keywords

Culture
Polirepresentation
Faceted Classification Theory
Theory of Integrative Levels
Domain Analysis.

The culture and the knowledge organization: theoretical and methodological challenges. This paper discusses some theoretical aspects for the organization and structuring of the domain culture. Due to the complexity emphasized by the experts on the main concept involving the domain, theories of traditional classification are not sufficient for systemization. In this paper we discuss and propose a hybrid methodology using the Faceted Classification Theory of Ranganathan and the Theory of Integrative Levels of Classification Research Group, to assist in developing a classification structure. And Cognitivism, Domain Analysis of Hjørland and Polirepresentation of Ingwersen for understanding the domain and operation of mental processes and information needs of users. In order to meet and point the various facets and complexity involving the concept culture, we present the conceptual discussion in literature, as well as its main schools of thought.

Artículo recibido: 30-01-2015. Aceptado: 05-05-2015

1 Introdução

A organização do conhecimento, assim como a Ciência da Informação em seu caráter interdisciplinar, naturalmente dialoga com o domínio estudado. Isso ocorre pela necessidade de entendimento sobre o domínio que se pretende organizar, no intuito de conhecer os conceitos, a estrutura do domínio e as inter-relações conceituais que são fundamentais para a elaboração de um sistema de classificação.

A perspectiva de conhecimento epistemológico do domínio reforça a qualidade do produto gerado em um instrumento de organização e recuperação da informação. Quando o domínio trabalhado é complexo e seus principais conceitos inconclusivos, como é o caso da cultura, esse conhecimento inacabado vai refletir no resultado final da produção do instrumento. A cultura, conceito pilar do domínio, é divergente e pouco consensual entre seus estudiosos.

Dada a expansão da produção do conhecimento e da ciência, representar e organizar o conhecimento de maneira universal, tal como era feito no passado já não é suficiente para alcançar a profundidade exigida de um domínio. As técnicas aplicadas a domínios exigem teorias próprias que não se aplicam aos sistemas universais. A complexidade e o dinamismo próprio da cultura exigem teorias mais robustas que apoiem a elaboração de um sistema de organização do conhecimento especializado.

Conforme recomendado pela teoria da Análise de Domínio, esse artigo pretende discutir conceitualmente o domínio cultural através da visão dos especialistas e suas principais escolas de pensamento, além de apresentar algumas propostas a partir de um misto teórico para organização de domínios complexos das ciências humanas.

2 Domínio cultura

Nos dois tópicos que seguiremos discutiremos o domínio cultural sob a perspectiva dos especialistas: antropólogos e sociólogos. O objetivo é a compreensão e entendimento do conceito cultura, utilizando as abordagens metodológicas propostas por Hjørland (2002): estudos epistemológicos e críticos e estudos históricos.

No primeiro subtópico discutiremos a complexidade do conceito, a partir de argumentos antropológicos que mostram como a cultura é um domínio turvo na visão de alguns ângulos teóricos. No segundo subtópico os argumentos são direcionados para o entendimento do conceito através das definições de diferentes perspectivas e escolas de pensamento desenvolvidas e produzidas historicamente por estudiosos da cultura.

2.1 Cultura, um conceito difuso

Cultura é derivada da palavra latina *cultura*. É um conceito ligado às ciências humanas e sociais e, portanto, têm conceituações de várias escolas e pensamentos, que foram evoluindo ao longo do tempo. Na literatura percebe-se um consenso entre os estudiosos da cultura acerca da complexidade e da inexorável ambiguidade do conceito de cultura. Williams (2008) e Eagleton (2005), por exemplo, consideram este conceito excepcionalmente complexo. Já Nunes (2004: 6) comenta que o conceito é muito diversificado por natureza quanto polêmico.

Para Langridge (1977), a organização de domínios do conhecimento nas ciências humanas e sociais, tem uma diferença profunda em relação às outras áreas. As ciências exatas, por exemplo, tendem a ter um corpo mais harmônico de pensamento, enquanto que nas ciências humanas e sociais há várias teorias e escolas.

Para Maués (1999: 16), isso ocorre porque essas áreas lidam com objetos de análise radicalmente diferentes, “que é a sociedade humana, da qual faz parte, como indivíduo e pessoa, o historiador e o cientista social”. Quando o observador está analisando seu objeto, ele está observando processos dos quais necessariamente participa. São necessários métodos diferentes para estabelecer evidências e interpretações, se compararmos às ciências naturais e exatas (Williams, 2008). Quem estuda o objeto é o próprio objeto de estudo, portanto, é mais difícil compreender o todo, quando se é parte dele. Elevar-se acima de si mesmo não é uma tarefa fácil.

Essa sublimação da perspectiva de olhar tornar-se potencialmente viável quando o estudioso analisa uma cultura radicalmente diferente, porque há o “olhar de fora” e certa distância entre o estudioso e o objeto estudado. O choque cultural que ocorre entre o antropólogo e a cultura analisada é chamado pela Antropologia de “estranhamento”. Para alguns estudiosos toda análise cultural, devido a esse fenômeno, gera um caráter inexoravelmente inconclusivo.

Mintz (1982) considera que depois de tantos anos de estudo sobre a cultura, ainda estamos longe de qualquer consenso sobre a natureza desse conceito, mesmo que este seja um conceito elementar da Antropologia. Questiona se cultura seria ideias, padrões, atos, consequências, incluindo objetos materiais desses atos? Ou seria tudo isso, uma relação entre alguns, ou todos eles, ou alguma coisa inteiramente diversa?

Para Bauman (2012), embora se tenha progredido teoricamente, hoje o conceito continua sem uma conclusão definitiva. Diferente de outras áreas, não se observa imaturidade teórica em relação ao conceito cultura, mas dada sua natureza complexa, muitos anos serão necessários para se chegar a um consenso.

A cultura é vista por muitos autores como um sistema, onde todos os elementos estão interconectados e o estado de cada um depende do estado que os outros assumem. A ideia de sistema remete a ideia de ordem e a ordem depende dos padrões e regras do sistema. Se algum elemento transgredir o limite permite o desequilíbrio do todo. A sistematicidade é a forma de subordinar a liberdade para manutenção do padrão.

No fluxo de entrada e saída de elementos no sistema é estabelecido regras de admissão e procedimentos de assimilação. Para os elementos recém-chegados significa transformação, já para o sistema significa reafirmação de sua identidade.

O fluxo contínuo e as trocas de experiências heterogêneas revela a complexidade do conceito cultura, haja vista sua continuidade infinda. Isso porque o homem, do mesmo modo, está fadado a explorar, a sentir-se insatisfeito com seu mundo, portanto, a destruir e a criar, que dá o sentido de continuidade da cultura. Como está em constante mudança a análise de uma dada cultura pode ficar aquém da realidade atual. Um quadro cultural analisado certamente não será o mesmo depois de alguns anos. A perspectiva da análise histórica-temporal defendida por Braudel (2004) em um longo período de tempo é oportuna. A cultura muda lentamente e só a partir de uma lente extensa temporalmente consegue abarcar os valores reais de uma cultura.

Para Bauman (2012), a complexidade da cultura deve-se a sua ambivalência. A ideia de ambivalência acerca do conceito de cultura esteve presente desde o começo da sua discussão. A noção de cultura nasce com a intenção de reconciliar a liberdade e os limites normativos humanos, porém as respostas são sempre ambíguas e ambivalentes. Muitos foram os autores que tentaram, sem sucesso, eliminar a ambiguidade do conceito de cultura.

A ambivalência inerente da ideia de cultura reflete a ambiguidade da condição histórica que ela pretendia captar e descrever no seu primórdio. A cultura está exatamente na ambivalência entre criatividade e regulação normativa do homem em sociedade. Significa tanto inventar quanto preservar, descontinuidade e prosseguimento, novidade e tradição, o ímpar e o regular, mudança e a monotonia da reprodução, o inesperado e o previsto.

A complexidade do conceito cultura enquanto domínio também denota através do seu caráter múltiplice. Não existem duas culturas iguais, cada uma tem suas peculiaridades. Toda cultura é singular. Do ponto de vista da organização do conhecimento, o caráter ímpar da cultura leva-nos a considerar a produção de instrumentos de organização do conhecimento focados em culturas específicas, visando a representação mais fidedigna da realidade de uma dada cultura.

Lévi-Strauss (1993) expõe que a humanidade não deve ser concebida de uma maneira estática, uma vez que as sociedades não são isoladas de outras culturas e as trocas culturais são fenômenos naturais. As culturas são diferentes não só umas em relações as outras, mas no interior de cada sociedade. Em um mesmo país ou estado existem muitas variedades culturais, tornando complexa a conceituação, interpretação, entendimento e, sobretudo, análise do domínio para fins de organização do conhecimento.

A cultura é uma força dinâmica onde ocorrem processos intermináveis de criatividade cultural. A continuidade passou a ser vista como uma cadeia infundável de permutas e inovações. Mintz (1982) afirma que a cultura é um produto histórico dinâmico, modificável e incoerente. A cultura está constantemente se alterando, modificando, mas não perde sua essência enquanto continua funcionando eficientemente. Isso ocorre porque, segundo Braudel (2004), toda cultura tem uma raiz cultural construída e solidificada durante longos anos, e dificilmente ela altera e se modifica, mesmo com os contatos culturais internos e externos. Essa raiz fundamental foi denominada de estrutura cultural. Sahlins (1997) concorda com esse argumento ao afirmar em seus estudos de campo que nem tudo é aceito e assimilado deliberadamente porque existem profundas raízes intransponíveis.

Muitas sociedades indígenas recriam a cultura estrangeira em seu próprio benefício, remodelando e adequando a sua realidade. A continuidade de muitas sociedades indígenas depende de como adéquam e mesclam elementos advindos de outras culturas na forma impositiva. Para Sahlins (1997) é necessária a entrada de elementos culturais em uma cultura, mas essa transformação deve se adequar, sem ocorrer perda cultural.

Diferente de Braudel (2004), entretanto, Bauman (2012) acredita que a estrutura cultural, a raiz da cultura se modifica, não é estanque. Dominar uma cultura significa dominar uma matriz de permutações possíveis, um conjunto jamais implementado de modo definitivo, sempre inconcluso, e não uma coletânea finita de significações e a arte de reconhecer seus portadores. O que une os fenômenos culturais a uma cultura é justamente a presença dessa matriz que está em constante mudança, ou seja, que não é estática, mas aberta a mudanças e desenvolvimentos, agregações.

Percebe-se que esses dois autores acreditam em uma base, uma matriz distintiva existente em uma cultura. Pensando na construção de uma estrutura de classificação em um domínio cultural, a ideia do Braudel (2004) é mais confortável e parece mais possível, haja vista seu caráter estanque matricial da cultura, mas nem sempre o mais confortável está de acordo com a realidade e a ideia da mutabilidade da matriz cultural de Bauman (2012) deve ser analisada, mesmo que mais complexa. É fundamental para qualidade e fidedignidade de um sistema de classificação de domínio cultural conhecer com profundidade a estrutura cultural.

A palavra cultura se tornou um enorme conglomerado composto de culturas. É o fim das geografias, a distância já não é mais importante. A internet e seu rápido fluxo de informações, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação ajudaram na “homogeneização” cultural impondo padrões universais, porém, pode ser visto mais como uma tentativa de considerarmos um nível mais específico de análise. Para Bauman (2012), a internet é um meio do qual não é controlável e a manutenção de padrões da cultura não funciona porque a internet é territorialmente desancorada, é desprovida de dimensões espaciais.

Para muitos antropólogos e sociólogos não existem mais culturas fechadas e suas zonas de fronteiras são frequentemente transpostas. As culturas estão em movimento, tornam-se interdependentes, penetram-se, cada uma delas tem o status híbrido e heterogêneo, nenhuma é monolítica e todas são intrinsecamente diversificadas. É a globalidade da cultura. Entretanto, nas zonas de fronteiras culturais existem poucos diálogos amigáveis e muitos conflitos e tendências opostas. Uma determinada cultura pode sentir-se menosprezada quando se compara às vizinhas ou a outros padrões culturais.

Entendendo a fronteira cultural como uma zona conflituosa e que as diferenças individuais e culturais são inexoráveis, ou seja, não há como fugir dessa realidade, então, aceitar o diferente é uma estratégia primordial de convivência pacífica. Para Sahlins (1997), a Antropologia serve para entender essas diferenças e a cultura serve para marcar a diferença, a cultura é uma ferramenta essencial para fabricação de alteridades. A antropologia tem como tarefa não a explicação das diferenças, mas a demarcação delas.

O entendimento da matriz cultural, da dinâmica do fluxo que ocorre na fronteira e a compreensão dos limites daqueles elementos que “estão dentro” e que “estão fora” é um desafio que potencializa o mapeamento e seleção conceitual na construção de um sistema de organização de conhecimento no domínio de uma cultura.

2.2 Cultura, um conceito antropológico, múltiplice

Neste tópico mostraremos as principais abordagens do conceito cultura. É interessante perceber que algumas linhas de pensamentos são similares, relacionam-se entre si e outras divergem completamente. Esse paradoxo evidencia a complexidade do domínio e as diversas perspectivas conceituais mostram a sua natureza múltiplice.

Para Nunes (2004), o conceito de cultura pode ser compreendido como a soma de todas as criações que melhoram a condição material dos homens ou que expressam a vida intelectual e moral. A cultura reproduz o resultado do esforço de autoafirmação da espécie humana, que se desprende da condição da animalidade, até atingir, passando pela selvageria e pela barbárie, os mais altos graus de desenvolvimento. Essa ideia, no entanto, é incompleta e foi corrigida e ampliada pelo conceito antropológico de cultura.

A cultura como termo geral significa a herança social total da humanidade. No conceito antropológico, a cultura é para cada agrupamento humano um conjunto de modos de proceder e pensar, segundo estruturas normativas variáveis e particulares que sustentam diferentes padrões de pensamento e ação. A Antropologia e outras áreas de estudo nos ensinam a olhar e a compreender a variedade das culturas, indicando que sintetiza a criação do universo humano, por meio de normas, indissociável da linguagem, técnicas, conhecimento, religião, valores éticos, estéticos e políticos no conjunto de uma organização social determinada.

Para Sahlins (1997), a cultura é organização de experiência e ação humanas por meio simbólicos. É a capacidade singular do homem. Nenhum animal organiza os fundamentos afetivos, as atrações e repulsões de suas estratégias reprodutivas a partir de significados, sejam eles conceitos socialmente contingentes de beleza ou noções historicamente variáveis de moralidade sexual. O autor lembra que a cultura não pode ser vista como demarcação da diferença, tal como a Antropologia defendeu no passado, porque gera preconceito e discriminação.

Geertz (1989) conceitua cultura como um conceito essencialmente semiótico, como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis; são as teias de significado que o homem teceu e sua análise. Para entendermos um símbolo, seu significado em uma dada cultura é necessário familiarizarmos com o universo imaginativo, suas estruturas de significado socialmente estabelecidas. Por isso, o conceito de cultura deve ser atrelado a um contexto, algo dentro do qual os símbolos possam ser descritos de forma inteligível. Quanto mais se tenta seguir um determinado povo, mais lógico e singular ele se torna, ficando mais acessíveis e menos incompreensíveis.

Dado a natureza múltiplice e complexa da cultura que pretendemos destacar, serão expostas as principais concepções e escolas de pensamento pelo ponto de vista dos antropólogos e sociólogos.

Para Laraia (2002) e Mintz (1982), uma das primeiras ideias sobre cultura foi o chamado evolucionismo cultural de Tylor, um dos primeiros antropólogos a definir cultura. Influenciado pelo darwinismo era a favor da teoria evolucionista para análise da cultura. A diversidade podia ser explicada como resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. Uma das tarefas da antropologia seria a de estabelecer uma escala de civilização, onde foram colocadas as nações europeias em um dos extremos da série e as tribos selvagens no outro extremo, dispondo o restante da humanidade entre os dois limites. Nessa teoria acredita-se que as sociedades humanas estão em diferentes estágios ou etapas de um desenvolvimento único

que, partindo do mesmo ponto, deve fazê-las convergir para a mesma meta final, as sociedades europeias.

Para Lévi-Strauss (1993), as sociedades não estão em diferentes etapas de desenvolvimento porque não estão se dirigindo para uma mesma meta, única. Se por acaso nasceram relativamente no mesmo período, se uma está à frente da outra nas etapas evolutivas, as outras pararam no tempo, estacionaram, ou poucas coisas aconteceram.

A principal reação ao evolucionismo, então denominado de método comparativo, veio com Boas (*apud* Laraia, 2002), que insistiu na necessidade dos dados serem comparados. Propôs a comparação dos dados obtidos através dos estudos históricos das culturas simples e da compreensão dos efeitos das condições psicológicas e dos meios ambientes. Essa teoria foi chamada de particularismo histórico, onde cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes momentos históricos que enfrentou. A partir daí a explicação evolucionista da cultura só tem sentido quando ocorre em termos de uma abordagem multilinear.

Outra visão antagônica do conceito de cultura é apresentada por Bauman (2012), que faz uma análise de inúmeras perspectivas sobre o conceito de cultura ao longo da história. Inicialmente, comenta duas perspectivas filosóficas diferentes que se ramificaram a partir de um mesmo tronco. De um lado um discurso gerou a ideia de cultura como atividade do espírito que vaga livremente, o lócus da criatividade, invenção e autocrítica. De outro lado apresentou um discurso da cultura como instrumento da rotina e da continuidade, uma serva da ordem social e da preservação cultural.

O primeiro discurso remete a cultura como a capacidade de romper horizontes, fronteiras e a tradição cultural. O segundo discurso é a noção de cultura aplicada pela antropologia ortodoxa, que diz respeito à regularidade e padrão, com uma liberdade restrita as normas. Um discurso refere à liberdade humana e o outro alega que a destruição da ordem não dariam resultados significativos. A fraqueza da visão ortodoxa é que não pode explicar as mudanças nos padrões culturais.

A conjunção entre esses discursos garante o ajuste entre os sistemas sociais e a personalidade individual. A cultura assume tanto o papel de agente da desordem, a partir da liberdade humana, como um instrumento da ordem. A cultura se autoperpetua não pela manutenção dos padrões, ela sobrevive pelo impulso de modificá-la e alterá-la, substituindo um padrão existente por outro que continue viável para a cultura em questão.

Bauman (2012) comenta sobre outro dualismo de visões acerca da cultura. A primeira é a visão nacionalista que serviu para desvalorizar os padrões de vida produzidos no plano local, onde esse plano deve ser destruído para ser reconstruído num nível de organização social superior, supralocal. Nessa visão despreza-se o regional e o local por serem considerados padrões atrasados e menos significativos, o padrão universal é o mais importante. A ideia de homogeneização da cultura é predominante nessa visão. A outra visão é a comunitarista que se coloca em oposição a ambição homogeneizante da cultura nacional e é a favor do multiculturalismo.

Bauman (2012) comenta também que existem três conceitos de cultura que divergem semanticamente e que fizeram parte do universo de discurso dos estudiosos da cultura. O primeiro é a cultura como conceito hierárquico, onde ela está relacionada à pessoa culta, bem educada, com conhecimentos e qualidades herdadas ou adquiridas.

O segundo é a noção de cultura como conceito diferencial. Essa concepção é empregada para explicar as diferenças entre as comunidades de pessoas, a diversidade cultural.

Esse conceito defende que os seres humanos não são totalmente determinados pelo genótipo e as bases biológicas são irrelevantes. A cultura é uma sequência evolutiva de eventos dependentes da simbolização e a diversidade cultural deve-se ao fato das culturas resistirem a fusão com outras culturas.

A terceira concepção é o conceito genérico de cultura. Tal noção é construída em torno da dicotomia entre o mundo humano e o mundo natural, o que acontece ao homem e o que o homem faz. Esse conceito relaciona-se aos atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais. O conceito genérico de cultura atribui à própria cultura a qualidade de característica universal de todos os homens, e apenas destes.

Para Thompson (1995) e Williams (2008), quanto ao sentido da palavra cultura, existem cinco concepções que foram se modificando ao longo de sua história: a concepção original, a concepção clássica, a concepção descritiva, a concepção simbólica e a concepção estrutural.

A concepção original está ligada ao sentido da origem etimológica da palavra cultura, que significava cultivo ou cuidado de alguma coisa, como grãos ou animais. Na concepção clássica, o sentido original mudou da esfera agrícola para o cultivo da mente. Com o aparecimento da Antropologia, essa concepção perdeu sua força. A concepção descritiva da cultura refere-se a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico. A concepção simbólica focaliza o interesse no simbolismo. Os fenômenos culturais são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica. Na concepção estrutural de cultura, os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados.

Nunes (2004) divide a cultura em três acepções: acepção individual, acepção social e acepção histórica. Na acepção individual a cultura oscila entre dois polos: ou significa o conjunto de conhecimento, de ideias, de crenças e de critérios de valor, com que todo o indivíduo se acha munido e faz uso nas suas relações consigo mesmo e com os outros, ou significa a sua formação, intencional e voluntariamente orientada, com apoio em um variável grau de conhecimentos e experiências acumulados, para alcançar uma maneira estável de pensar e de agir.

No primeiro caso, cultura corresponde ao equipamento mental do indivíduo pela educação recebida e é uma posse intelectual moral ou religiosa, que se alia à personalidade do sujeito. No segundo caso, está mais próxima da origem etimológica da palavra - *colere/cultivar* - que traduz o cultivo do indivíduo, de sua inteligência e de sua sensibilidade. Esses dois aspectos do conceito, o autor chama de subjetivo, enquanto as outras acepções, a social e a histórica, situam-se no eixo objetivo.

Na acepção social, a cultura é a herança transmitida de geração para geração e de que os indivíduos, como seus usufrutuários, partilham diferentemente, conforme o dinamismo dos grupos ou classes a que se vinculam. Pode-se, por exemplo, falar de uma cultura aristocrática ou uma cultura burguesa.

De acordo com a acepção histórica a cultura seria a fisionomia intelectual, artística e moral de uma civilização ou de um povo, ao longo de sua história e em um momento dela. Através dessa acepção, poderemos falar de uma cultura ocidental, cultura helênica e cultura brasileira.

Segundo Nunes (2004), as três acepções do conceito de cultura não se opõem entre si, compõem as três escalas ou os três aspectos de uma só ideia, onde a cultura do

indivíduo está em relação com a da sociedade, e a sociedade, por sua vez, equivale a uma forma historicamente evoluída, estando definida no conjunto de um processo global em que o gênero humano é o último usufrutuário.

Para Geertz (1989), o conceito de cultura teve algumas concepções ao longo do tempo, que foram definidas como: concepção estratigráfica, concepção do padrão universal e concepção sintética. A concepção estratigráfica é onde se observa as relações entre os fatores biológico, psicológico, social e cultural. Surge a tentativa de localizar o homem no conjunto dos seus costumes. De acordo com essa concepção, o homem é um composto de níveis, cada um superposto aos inferiores.

Na concepção do padrão cultural universal, chamada também de “denominadores comuns da cultura”, acreditava-se que se poderia encontrar nas particularidades culturais de um povo, algo em comum a todos, universal, onde a diversidade de costumes no mundo e no tempo podia ser encontrada em todo lugar e praticamente da mesma forma. Essa procura pelo universal, Geertz (1989: 51) chamou de “*consensus gentium*” (um consenso de toda a humanidade). O autor critica a generalização dessa teoria, pois acredita que a cultura é vista conceitualmente mais poderosa quando limitada, mais específica. Com a especificação é possível descrições minuciosas, não generalizações de casos específicos.

A concepção sintética é uma substituição a concepção estratigráfica, na qual os fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais possam ser tratados como variáveis, dentro dos sistemas unitários de análise.

Neste tópico, foram apresentadas algumas escolas de pensamento sobre o conceito de cultura, cujo intuito era mostrar sua complexidade a partir das múltiplas maneiras de olhar para a mesma. Percebe-se que, a partir da revisão de literatura realizada, ainda hoje, os antropólogos e sociólogos não dispõem de um consenso sobre o conceito.

Esses pontos de vista acerca da cultura, aliado com os contatos interétnicos, trocas de bens culturais e informações oriundas da facilidade gerada pelas tecnologias de informação, o domínio de conhecimento cultura torna-se um grande desafio para a construção de um sistema de organização do conhecimento. O desafio pode refletir desde as etapas iniciais, como a seleção dos elementos conceituais do sistema, a categorização ou a formação de renques e cadeias no interior do sistema.

3 Cultura, um conceito para organização do conhecimento

Neste tópico apresentaremos algumas teorias da classificação para organização de conhecimento em domínios complexos. As teorias que consideram o dinamismo do conhecimento e a flexibilidade para hospitalidade contínua dos elementos conceituais no sistema consideramos serem mais adequadas para a construção do sistema de organização do conhecimento de domínios como a cultura.

O cognitivismo ao tentar entender como o indivíduo assimila a informação, transforma em conhecimento e como funciona sua necessidade informacional tornou-se a base de muitas teorias da Ciência da Informação, como a teoria da Polirrepresentação e a teoria da Análise de Domínio. A Polirrepresentação pretende criar representações de acordo com a necessidade individual de cada pessoa e a Análise de Domínio ultrapassa o mero individual e alcança os níveis contextual, social e cultural que envolve o indivíduo e apresenta ferramentas para uma melhor compreensão de um domínio.

A teoria de Ranganathan auxilia a metodologia de construção de sistemas de organização da informação em domínios complexos por prever o dinamismo do conhecimento a partir dos estudos filosóficos acerca do fluxo desse conhecimento. A Teoria dos Níveis Integrativos é uma sucessão da teoria ranganathiana a partir de uma visão filosófica sistêmica e integrativa. Cada uma dessas teorias, ou a junção delas, podem ajudar na melhoria da construção de sistemas organizacionais nos domínios da cultura.

Cognitivismo

O cognitivismo surge na Segunda Guerra Mundial com o intuito do homem conhecer, pelos meandros da ciência, o funcionamento da mente humana e como o homem manipula a informação e se apropria do conhecimento. O cognitivismo significou para a Ciência da Informação um deslocamento de olhar dos documentos e da organização dos sistemas para o usuário, que tem desejos e necessidades de sanar déficits informacionais.

A partir dos anos 70, a Ciência da Informação torna-se uma ciência mais voltada para o social e passa a focar na necessidade de informação e no estudo do usuário para entender o reflexo na organização e representação da informação. Nesse momento, busca contribuição nas ciências cognitivas para um melhor entendimento da mente humana.

As ciências cognitivas navegam pela Ciência da Informação desde seu primórdio e perpassa por uma grande quantidade de pesquisadores dessa área até a atualidade quando pretendem entender e analisar a informação e seus processos, seu fluxo e a apropriação do conhecimento.

A estrutura cognitivista humana é dinâmica e muitas variáveis existem para assimilação de “x” ou “y” informação. Brookes (1977 *apud* Fernandes, 2011) acredita que a informação tem diferentes efeitos em diferentes estruturas do conhecimento, o que leva a uma subjetividade na transformação do conhecimento na mente do indivíduo. Entendendo esse dinamismo e complexidade da mente humana, Belkin (1990 *apud* Rozados, 2003) propõe o entendimento da assimilação do conhecimento através do ASK (Estado Anômalo do Conhecimento) e Ingwersen (1996) propõe na teoria da polirepresentação a interação entre o espaço cognitivo do usuário e o espaço informacional do sistema, onde a representação e recuperação da informação são focadas em cada indivíduo e suas necessidades particulares.

Para Mostafa e Moreira (1999) é necessário entender como assimilamos a informação em nossas mentes para qualificarmos a representação, organização e recuperação da informação. Todos nós temos uma memória interior, uma visão de mundo e um estilo próprio de conhecer as coisas que precisa ser conhecido porque os bibliotecários e cientistas da informação constroem artefatos cognitivos, como bases de dados, tesouros, catálogos etc. Isso porque o processamento da informação desempenhado pelo sistema simula o processamento que fazemos para entender o mundo.

Embora tenha influenciado muito a Ciência da Informação no desejo de compreender o funcionamento da mente na assimilação da informação e transformação do conhecimento e a necessidade informacional de cada indivíduo a partir dos *gaps* individuais que geram os estados anômalos do conhecimento, o cognitivismo tem uma visão individualista. O cognitivismo analisa o fluxo do processamento de sinais na mente sem observar o contexto sociocultural e a bagagem cultural de experiências vividas pelo mesmo indivíduo.

Princípio da Polirepresentação, de Ingwersen

A teoria da polirepresentação ou multievidência, de Ingwersen, é oriunda do cognitivismo. Ingwersen (1996) acredita que a recuperação da informação deve ser personalizada a partir da interação entre o espaço cognitivo do usuário e o espaço do sistema. A representação da informação deve ser construída de acordo com as múltiplas necessidades dos usuários, problemas e estados do conhecimento de cada indivíduo. Para Ingwersen e Järvelin (2005), o seu objetivo é a alta precisão na recuperação da informação a partir de multi-representações.

Para Ingwersen (1996), o ponto central para o entendimento da recuperação da informação interativa, do ponto de vista cognitivo, é o exame da formação mental da necessidade informacional do indivíduo. A formação desse fenômeno conduz a uma análise da polirepresentação na sua causa, ou seja, no espaço cognitivo do usuário gerado por uma incompletude produzida no seu estado cognitivo. Entretanto, a necessidade informacional está constantemente mudando porque é dinâmica. Esse entendimento deve ter reflexos na representação personalizada.

A recepção e a geração de conhecimento são atos de processamento de informação e o caminho da geração depende do modelo de mundo do ator, assim como a recepção depende do modelo do receptor. O espaço cognitivo humano é dinâmico e a estrutura cognitiva está relacionada à experiência, ao contexto social e histórico e à interação com pessoas externas ao gerador e receptor. Transforma-se a partir do contato com informações, comunicações e signos. Nesse contato pode ocorrer o que Ingwersen (1996) chamou de *free fall*, uma queda livre do conhecimento, surgindo novos e perdendo-se outros então existentes.

Ingwersen (1996) pensa a teoria em função de dois motivos: o primeiro é que, em conformidade com a teoria de Belkin e Robertson (1976), toda busca de informação tem sua origem na necessidade que surge do estado anômalo do conhecimento individual, um *gap* onde o conhecimento existente não é suficiente para resolver o problema. O segundo motivo é que cada indivíduo tem necessidades de informações diferentes e em tempos distintos porque as estruturas de conhecimento dos indivíduos, seus problemas e necessidades são diferentes e peculiares. Cada pessoa é diferente uma da outra.

O princípio da polirepresentação difere dos outros modelos porque representa desenhos de ideias de recuperação de diferentes objetos de informação da mesma coleção a partir da mesma pergunta. Os sistemas isolados não geram bons resultados porque as estruturas de conhecimento de cada indivíduo, sendo diferentes umas das outras, tem efeitos diferentes na assimilação e necessidade da informação, necessitando de direcionamento particular.

Duas críticas em relação ao cognitivismo são comuns na literatura da Ciência da Informação: a primeira é o seu caráter mentalista, individualista e indiferente ao contexto social e cultural do usuário. A segunda é que seria impossível criar sistemas de recuperação a partir de cada individualidade. Como resultado dessas críticas surge a abordagem sócio cognitivista, de Hjørland e Albrechtsen (1995), com o intuito de pensar o contexto sociocultural do indivíduo.

Análise de Domínio

Pelo seu caráter individualista, o cognitivismo foi duramente criticado por Frohmann e Hjørland, que questionaram a exclusão dos entornos sociais e culturais que participam o indivíduo. Portanto, vislumbraram uma pesquisa psicológica a partir da perspectiva

social, cultural e histórica mais ampla denominada por Hjørland e Albrechtsen (1995) de paradigma analítico de domínio.

A Análise de Domínio é uma abordagem formulada no início da década de 1990. Essa teoria se apoia na psicologia por meio da teoria da atividade e a visão sociocognitiva. A descrição ou representação de um determinado documento deve refletir a necessidade de um determinado grupo de usuários.

A análise de domínio permite mapear os diferentes atores, instituições e processos de comunicação de uma área do conhecimento, assim como possibilita a investigação de como os domínios do conhecimento se distinguem e se assemelham a partir dos diferentes pontos de vista. Por sua perspectiva social, concebe a Ciência da Informação uma ciência social e toma em consideração o contexto psicossocial e sociolinguístico.

A Análise de Domínio busca a compreensão de um domínio através das comunidades discursivas. Para Nascimento (2005), as comunidades discursivas são entidades com distintas construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento. Uma *comunidade discursiva* é compreendida por Hjørland (1997) como científica, acadêmica ou profissional, com estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos, terminologia específica e estruturas informacionais únicos; com estrutura e organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância.

Hjørland (2002) acredita não podemos tratar todos os domínios de conhecimento como se fossem similares e que uma abordagem teórica da Ciência da Informação deve considerar as diferentes *comunidades discursivas*. Além disso, é fundamental, também, conhecer as diferentes perspectivas no interior de um domínio. O conhecimento dessas diferentes perspectivas obriga uma postura crítica do classificacionista refletindo na descrição e na defesa dos critérios que serão tomados no sistema. Um domínio não pode avançar sem descrever e comparar diferentes abordagens de maneira que elas possam ser distintas umas das outras.

A construção de um sistema de organização do conhecimento não pode basear-se em posições neutras. Hjørland (2008a) recorre ao que chama de “opinião epistemológica”, uma reflexão robusta, sólida observação e conhecimento isento de valores e passível de grande análise, onde os pesquisadores devem explicitar os objetivos e valores que orientam suas investigações e a objetividade deve vir de uma reflexividade consistente.

Hjørland (2002) considera a opinião dos especialistas de fundamental importância para o entendimento de um domínio, contudo, Feinberg (2007 *apud* Hjørland, 2008b) o critica ao julgar que as ideias dos leigos são tão importantes quanto as dos especialistas. É fundamental conhecer os discursos de toda a comunidade do domínio. A opinião majoritária dos especialistas não diz, de fato, sobre a verdade acerca do domínio e seus conceitos.

Para Hjørland (2008b), conhecer as várias abordagens e paradigmas do domínio é importante para que uma opinião individual, do bibliotecário ou do *designer* do sistema de informação, não prevaleça, enfraquecendo as ferramentas metodológicas da construção de um sistema de organização do conhecimento. Para ele, a ciência é dinâmica e contínua, como chamou atenção Ranganathan, e o conhecimento das opiniões epistemológicas são inexoráveis para um sistema robusto. A opinião do classificacionista e do *designer* do sistema são fontes inacabadas e incompletas porque são visões parciais e subjetivas.

Hjørland (2008a, 2008b) comenta que existem duas visões sobre a organização do conhecimento: a visão positivista e a visão pragmática. A primeira vê o conhecimento e sua organização como uma transcrição ou duplicata do arranjo acabado e preexistente da natureza. Pode ser entendida como um reflexivo passivo de uma ordem externa. Essa visão é chamada de “metáfora do espelho do conhecimento”.

A segunda a organização do conhecimento é construída para lidar com diferentes necessidades humanas e interesses. Segundo a visão pragmática a organização do conhecimento deve ser funcional e refletir determinadas metas, propósitos e valores. A ciência é falível (*falibilism*) e está sempre em mudança, nunca têm um ponto final, portanto, a organização do conhecimento sendo espelho dessa estrutura estaria fadada a falir também. O positivismo não consegue ser suficientemente eficaz por esse motivo. Percebe-se que a Análise de Domínio é uma teoria ligada ao pragmatismo.

Hjørland (2008b) comenta a urgência em aplicar as posições epistemológicas em domínios defendidas por ele, sobretudo nas ciências humanas e sociais, que têm poucos trabalhos nesse sentido. Não por acaso comenta a existência de pesquisas realizadas demonstrando problemas de limitações em classificações universais para as ciências humanas. Fala da existência de mais pesquisas e estudos em recuperação e indexação em domínios como Biologia, Química ou Medicina do que nas humanidades. A falta de estudo nessa área é resultado da sua complexidade. O problema do estudo epistemológico nas ciências sociais são as diversas escolas e paradigmas, assim como, o estudo terminológico.

Em seu trabalho, Raghavan (2011) discute a construção de um tesouro multilíngue no domínio cultural e espiritual. Segundo o autor, a elaboração desse instrumento apresentou problemas estruturais e semânticos devido à característica do domínio. A relação intercultural é um domínio nebuloso e engloba muitas áreas, por isso, representar e organizar informações nesse domínio apresenta muitos problemas e desafios.

A cultura é relativa e dependente do contexto em que estão inseridos os conceitos de cada cultura específica, podem ser abstratos em sua natureza e raramente podem relacionar esses conceitos com referências concretas. Para Raghavan (2011), a estrutura de um tesouro nesse domínio apresentou dificuldades reais e sua construção foi impactada pela sua complexidade nas relações conceituais.

Para Hjørland (2008b), a organização do conhecimento tem sido muito mais uma atividade prática sem muita teoria. A organização do conhecimento não vai avançar sem clareza teórica, sendo importante conhecer as diferentes abordagens de modo que se possa distinguir e diferenciar umas das outras.

Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos

A chamada Teoria da Classificação Facetada foi desenvolvida por Shiyali R. Ranganathan na década de 30. Ranganathan por influência dos estudos biblioteconômicos, da sua formação acadêmica em matemática e da formação religiosa como Bramane analisou como ocorre o fluxo do conhecimento e como isto poderia refletir na classificação das bibliotecas.

Impulsionado pela sua pesquisa intensiva elaborou a Colon Classification, também denominada de Classificação de Dois Pontos. Para Schreiner (1979), a Colon Classification é algo totalmente novo para a classificação bibliográfica da época porque baseia-se no princípio analítico sintético em oposição ao hierárquico enumerativo. Lima (2004) afirma que essa classificação surgiu a partir da insatisfação de Ranganathan

em relação à Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Seu sistema foi desenvolvido a partir do prisma do dinamismo do conhecimento, dando a possibilidade do conhecimento ser estruturado de maneira que os assuntos compostos sinteticamente surgissem a partir de conceitos elementares.

No Postulado das Categorias, Ranganathan (1967) preocupou-se com a concepção das categorias fundamentais. Esse postulado é um princípio normativo que serve para organizar um Universo/Domínio. Faceta é um termo genérico usado para denotar algum componente de um assunto composto e tem a função de formar renques, termos e números. As categorias fundamentais podem ser entendidas como o primeiro recorte feito no universo ou domínio do conhecimento. Para Ranganathan existem cinco categorias fundamentais que podem dividir todo e qualquer assunto, são elas Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST). Entretanto, segundo o próprio autor, outras categorias fundamentais podem ser criadas na construção de um sistema de organização do conhecimento.

A categorização pode ser tomada como uma diretriz para elaborar uma classificação. Para Campos e Gomes (2006), consiste em identificar as possíveis classes gerais (categorias) de conceitos que a área do conhecimento comporta. Permite uma análise conceitual de um domínio possibilitando um recorte amplo e permitindo um caminho inicial de divisão. Essa etapa estabelece as bases para seleção dos termos, nas fontes de onde eles são coletados.

O primeiro passo do classificacionista para elaborar um esquema de classificação é mapear o Universo de Assuntos (Campos, 2001a). Esta etapa tem como objetivo definir o nível de extensão que se dará o corte classificatório do Universo de Assuntos. O mapeamento consiste em se decidir a área de assunto que será baseada a organização dos conceitos e como esta área será classificada. Ranganathan (1967) afirma que o mapeamento conceitual é uma tarefa bastante complexa e exige bastante reflexão para que a classificação não seja marcada por um absurdo lógico.

Segundo Kumar (1981), Ranganathan reconheceu três planos de trabalho, a saber: plano das ideias, plano verbal e plano notacional. O planejamento e aplicação dos esquemas de classificação envolvem trabalhos nesses três planos.

O plano das ideias ou plano ideacional é onde são encontrados os conceitos de um esquema de classes. É considerado supremo, superior e as descobertas do plano das ideias devem ser seguidas e postas em prática no plano notacional. Segundo Ranganathan (1967), o plano verbal e o plano notacional são manifestações desse plano. As ideias se escondem atrás dos números e das palavras que a representam.

O plano ideacional é onde existe a formação de todo o processo do pensar. Ele provém do trabalho da mente, lugar onde se originam as ideias (Campos, 2001b). O trabalho no plano das ideias pode ser tomado como análise do conceito, independente do termo que o denota ou do número que pode representá-lo em uma tabela de classificação (Novo, 2007; Kumar, 1981). A análise do conceito deve ser feita em colaboração com especialistas em linguística e no assunto do domínio.

O plano verbal é onde se expressam verbalmente os conceitos. A linguagem é a mediadora para comunicação das ideias e conceitos. Contudo, segundo Ranganathan (1967), a linguagem é mais perigosa do que a ideia. O plano verbal tem que levar em conta a terminologia usada na interpretação dos conceitos ao comunicar o correto significado e a relação no contexto com outros conceitos. A linguagem natural é a linguagem característica desse plano, o classificador e o classificacionista devem observar os cânones de Ranganathan (1967), pois a linguagem é dinâmica, novos termos sempre

vão aparecer. A sociolinguística pode ser uma disciplina útil para entender a variação linguística de cunho social nesse plano.

Para Kumar (1981: 96, tradução nossa), dois aspectos são necessários para trabalhar com esquemas de classes: “(a) um conjunto de nomes para denotar as classes: e (b) um conjunto de números ordinais para representar as classes”. O primeiro aspecto diz respeito ao plano verbal e o segundo ao plano notacional.

O plano notacional, para Campos (2001b), é o plano dos números que representam os conceitos e serve para fixação abstrata dos conceitos para possibilitar uma sequência útil nas estantes.

Para cada plano de trabalho Ranganathan (1967) apresenta princípios ou cânones para nortear o classificacionista na elaboração de um sistema de organização do conhecimento. Nota-se que ele estabelece regras e normas que dão consistência para o classificacionista produzir um sistema de classificação. Tais normatizações, que são mais detalhadas do que as apresentadas neste trabalho, pode ser útil para sistematizar o domínio cultural.

A Teoria dos Níveis Integrativos não tem uma origem precisa, mas pode-se dizer que a raiz dessa concepção pode ser encontrada nos cinco níveis de Aristóteles. No século XIX, a teoria recebeu impulso com a filosofia positivista de Augusto Comte, que acreditava que a classificação das ciências existia na ordem do mais simples para o mais complexo e as mais complexas dependiam das mais abstratas (Spiteri, 1995).

Para os estudos da teoria da classificação o *Classification Research Group* (CRG) adotou como base de sua filosofia de classificação a teoria de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos. O CRG, de Londres, foi fundado em 1952 no Reino Unido e tem realizado contribuições significativas para a teoria da classificação.

Nas origens do CRG, o grupo foi formado para estudar a natureza da classificação e os sistemas de classificações bibliográficas existentes. Ao analisar tais instrumentos, todos os membros do grupo rejeitaram todos os esquemas de classificação tradicionais, como a CDD e a CDU, tidos como insuficientes para a documentação moderna. Para o CRG esses sistemas apresentam alguns problemas como: dificuldade de atualizar o sistema; dificuldade de receber novos temas (hospitalidade); autores, muitas vezes, combinam ideias que não se encaixam em alguma disciplina conhecida, podendo levar a um cruzamento de classificação; e, os sistemas apresentam uma rede rígida, o que acarreta as coleções terem itens rigidamente agrupados.

O CRG opôs-se aos sistemas tradicionais porque o universo do conhecimento não poderia ser definido como finito, e ainda subdividido até os conceitos individuais. Desse modo, tomando como base a Teoria dos Níveis Integrativos, sugeriu uma abordagem *bottom-up*, em contraposição a abordagem *top-down* dos sistemas tradicionais. Questionou se em vez de quebrar o universo do conhecimento em classes e analisar essas classes até se chegar a conceitos individuais, sugeriu que os conceitos formassem assuntos.

O CRG interpretou a Teoria dos Níveis Integrativos da seguinte forma: o mundo das coisas se desenvolve do simples para o complexo pelo acúmulo das propriedades novas e divergentes. De coisas simples evoluem coisas complexas e de coisas complexas evoluem coisas mais complexas (Novo, 2007).

Para a Teoria dos Níveis Integrativos é considerado a evolução do desenvolvimento de entidades com base na estrutura de seus componentes internos. Para Schreiner

(1979), o conceito de níveis integrativos de organização é a descrição geral da evolução da matéria através das sucessivas e mais altas ordens de complexidade e integração. O desenvolvimento da matéria é visto desde as mudanças cosmológicas que resultam na formação da Terra até as mudanças sociais complexas de uma sociedade por um processo contínuo, passando por diferentes níveis de organização, como o físico, o químico, o biológico e o sociológico.

Cada entidade preserva sua integridade nas relações com suas partes. Como a entidade evolui do simples para o mais complexo pela acumulação de propriedades ou influências do ambiente, a relação entre a entidade e o ambiente fica mais complexa. Com o tempo, ocorrem agregações de entidades ou propriedades e forma-se um novo todo mais complexo. A nova entidade tem propriedades próprias e se comporta de maneira nova. Cada entidade inteira é maior que a soma das partes, se uma das relações estiver quebrada, a entidade perde sua identidade (Foskett, 1978). Nessa perspectiva, a noção de “integração” é inseparável da noção de “totalidade”, porque o todo é composto de uma série de elementos integrados.

Para Costa e Ramos (2008) e Lima (2004), o CRG não considera que as categorias fundamentais de Ranganathan (PMEST) sejam as melhores a serem aplicadas a qualquer campo do conhecimento e, portanto, devem deixar de ser fundamentais e passar a ser escolhida de acordo com o campo de assunto. Reformularam o PMEST e criaram as seguintes categorias: Todo (objeto do assunto ou produto final); Tipos; Partes; Materiais; Propriedades; Processos; Operações e Agentes; e ainda podem ser acrescentadas a categoria Espaço e Tempo e a Forma de Apresentação.

Uma das preocupações do CRG era como poderiam ser ordenados os conceitos dentro das categorias. Propôs a ordem dos renques a seguinte ordem de assuntos: do simples para o complexo; do complexo para o simples; o espacial/geométrico; o cronológico (incluindo as ordens evolucionária e histórica); e a alfabética (Lima, 2004). E sugeriu que as categorias fossem organizadas pelas seguintes classes: Entidades físicas; Entidades químicas; Entidades heterogêneas não-vivas; Artefatos; Entidades biológicas; Homens; Mentefatos.

Spiteri (1995) afirma que a aplicação da Teoria dos Níveis Integrativos pelo CRG tem gerado muitos problemas e tem produzido mais perguntas do que respostas. Na aplicação da teoria nos sistemas de classificação especializados, o CRG observou que os níveis integrativos não envolveram uma progressão linear ascendente, mas uma ramificação. Perceberam que formaram uma estrutura de ramificação em vez de uma única sucessão.

Além dos níveis integrativos gerarem uma estrutura de ramificação, e que o problema da subjetividade em um sistema de classificação não pode ser totalmente evitado, outro questionamento em relação ao CRG é que nem todas as entidades que se relacionam com o todo se relacionam com as partes da mesma maneira. No entanto, o benefício da teoria é que o processo de classificação exige uma análise e descrição de cada etapa do processo (Spiteri, 1995).

Pensando na Ciência da Informação como uma área interdisciplinar, a informação é um conceito que assume diferentes formas em diferentes níveis de integração. Assim como a informação, o conceito de cultura também assume diferentes níveis de integração e pode ser apreendido por diversas maneiras, como os aspectos observados pelos estudiosos e as várias escolas de pensamentos sobre cultura.

Os vários olhares possíveis do domínio cultura reflete na construção do sistema de organização do conhecimento. Para Novo (2010), os estudiosos preocupados com o

problema da classificação de domínios de conhecimento são unânimes em afirmar a existência de vários pontos de vistas no ato classificatório. A cultura pode ser olhada pelo ponto de vista da modernidade, pela dinâmica de suas cidades, ou pelo ponto de vista de suas raízes mais profundas criadas há muito tempo.

Como afirma Novo (2007: 111), a Teoria dos Níveis Integrativos, como o próprio nome já diz, é uma teoria e não fornece um método classificatório, mas permite olhar um domínio complexo, como o da cultura, nas suas questões fundamentais de maneira mais clara, a partir de diferentes perspectivas conceituais. “Apresenta princípios e não uma dada forma do fazer.” E isto é o que buscamos porque a complexidade desse domínio necessita de princípios que reflitam em uma prática de qualidade.

4 Abordagens culturais, outros métodos para organizar o conhecimento?

Expostas as teorias acerca da organização da informação e do conhecimento faremos uma proposta em que elas se complementariam em torno de um único objetivo: dar suporte teórico-metodológico para a elaboração de sistemas de classificação em domínios culturais. Cada teoria em certo aspecto auxiliaria na sistematização das multifacetadas inerentes do conceito cultural, formando um todo coeso e mais completo exigido pela natureza complexa e dinâmica do domínio.

O cognitivismo pode colaborar quanto à percepção precisa das necessidades de informação entre os usuários e o sistema ao dar subsídio para compreender o funcionamento cognitivo humano no processo de aquisição da informação e transformação em conhecimento. Essa concepção teórica é a estrutura basilar da epistemologia da Ciência da Informação, do Princípio da Polirepresentação e da Análise de Domínio quando objetivam entender as causas e os efeitos da motivação que levam o indivíduo a buscar informações.

Ao entender que o processo de aquisição do conhecimento é complexo e individual, o Princípio da Polirepresentação, de Ingwersen (1996), propõe uma representação da informação de acordo com as múltiplas necessidades dos usuários, problemas e estados do conhecimento de cada indivíduo de modo interativo. O objetivo é a alta precisão na recuperação da informação a partir de multi-representações.

Obviamente que fazer uma classificação para cada indivíduo de acordo com sua necessidade momentânea seria inviável e humanamente impossível, entretanto, esse princípio pode dar subsídios para a elaboração da estrutura de classificação a partir do leque mais amplo advindo do conhecimento adquirido na Análise de Domínio pelas comunidades discursivas do domínio cultural. O sistema pode ser representado por desenhos de ideias de recuperação que recuperem diferentes objetos de informação da mesma coleção através da mesma pergunta.

A Análise de Domínio é uma abordagem sociocognitiva que observa o contexto social dentro das organizações ou comunidades a partir das comunidades discursivas e tem como objetivo compreender um domínio através das 11 abordagens sugeridas por Hjørland e Albrechtsen (1995). Consideramos que essa teoria pode ajudar na compreensão do domínio tendo em vista a análise exaustiva e abrangente proporcionada por essas abordagens.

O profundo conhecimento do domínio vai refletir invariavelmente em um melhor entendimento na estruturação e relações conceituais do sistema de classificação. A teoria da Análise de Domínio dará suporte para a verificação da necessidade de

produzir instrumentos de culturas específicas ou múltiplos instrumentos de cada cultura. A aplicação dessa teoria ajudará o entendimento e a descoberta das estruturas culturais existentes em toda cultura, conforme comentado por Braudel (2004), Sahlins (1997) e Bauman (2012). Instável, mutável ou não, o conhecimento dessa raiz profunda determina o entendimento real de uma cultura.

A contribuição da Teoria de Ranganathan e da Teoria dos Níveis Integrativos se daria no sentido de estruturar o conhecimento quanto às questões práticas, lógicas, normativas e teóricas. Pelo princípio da hospitalidade contínua e do sistema de facetas a Teoria de Ranganathan possibilita a sistematização de domínios dinâmicos através dos seus cânones, leis e regras.

A Teoria dos Níveis Integrativos pelo viés filosófico tende a colaborar quanto à visão sistêmica e interconectada dos elementos como pressuposto teórico, tal como a cultura é conceitualmente entendida pelos especialistas, como, por exemplo, Bauman (2012). Essa teoria ainda sugere alguns pressupostos pragmáticos como a expansão do PMEST, de Ranganathan, e a organização dos elementos do sistema de classificação pelo método simples para o complexo, complexo para o simples etc.

Bauman (2012) compreende a cultura como sistêmica, posto que seus elementos estão interconectados e o estado de cada integrante depende do estado que todos os outros assumem. No interior do sistema existem regras e princípios em que, se algum elemento transgredir seu limite permite o desequilíbrio do todo. A sistematicidade é a forma de subordinar a liberdade para manutenção do padrão.

Consideramos que essas teorias possam ainda não serem suficientemente satisfatórias para representarem a complexidade do domínio cultural. Precisam ser testadas para atestarem sua eficácia. Por outro lado, é possível que a aplicação desse conjunto teórico proposto seja inviável, considerando a complexidade e exaustividade do trabalho. Contudo, considerando a natureza complexa do domínio, apenas uma teoria não seja suficiente para sua representação, dado que apresenta conceitos e relações conceituais problemáticas e não consensuais.

Referências bibliográficas

- » Bauman, Zygmunt. 2012. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- » Belkin, N.J. y S.E. Robertson. 1976. Information science and the phenomenon of information. En *Journal of the American Society for Information Science*. Vol.27, 197-204.
- » Braudel, Fernand. 2004. *Gramática das civilizações*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- » Campos, Maria Luiza de Almeida. 2001a. *A organização de unidades de conhecimento em hipertextos: o modelo conceitual com um espaço comunicacional para realização da autoria*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 171 p. Tesis de doctorado.
- » Campos, Maria Luiza de Almeida. 2001b. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: EDUFF.
- » Campos, Maria Luiza de Almeida y Hagar Espanha Gomes. 2006. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. En *Perspectiva em Ciência da Informação*. Vol.11, no. 3, 348-359.
- » Costa, Fernanda C. Da y Luciene B. Ramos. 2008. Análise facetada: em busca de uma classificação para o teatro. En *Ponto de Acesso*. Vol.2, no. 3, 30-42. <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>> [Consulta: 22 dezembro 2010].
- » Eagleton, Terry. 2005. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP.
- » Fernandes, Marcia Leite. 2011. O cognitivismo na CI: a leitura de Ingwersen e a passagem do modelo matemático ao cognitivo. En *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Vol.7, no. 2, 140-155.
- » Foskett, D. J. 1978. The theory of integrative levels and its relevance to the design of information systems. En *Aslib Proceedings*. Vol.30, no. 6, 202-208.
- » Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- » Hjørland, Birger y H. Albrechtsen. 1995. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. En *Journal of the American Society for Information Science*. Vol.46, 400-425.
- » Hjørland, Birger. 1997. *Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to Information Science*. New York: Greenwood Press.
- » Hjørland, Birger. 2002. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. En *Journal of documentation*. Vol.58, no.4, 422-462.
- » Hjørland, Birger. 2008a. What is Knowledge Organization (KO)? En *Knowledge Organization*. Vol.35, no. 2/3, 86-101.
- » Hjørland, Birger. 2008b. Deliberate bias in knowledge organization? En *Advances in Knowledge Organization*. Vol. 11, 256-261. <<http://hdl.handle.net/10150/105188>> [Consulta: 19 março 2013].
- » Ingwersen, P. 1996. Cognitive perspectives of information retrieval interaction elements of a cognitive IR theory. En *Journal of Documentation*. Vol. 52, no. 1, 3-50.

- » Ingwersen, P. y K. Järvelin. 2005. *The turn: integration of information seeking and retrieval in context*. Heidelberg: Springer.
- » Kumar, K. 1981. *Theory of classification*. 2 ed. rev. New Delhi: Vikas Publishing House.
- » Langridge, Derek. 1977. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Tradução de Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência. Título original: *Approach to classification for students of librarianship*.
- » Laraia, Roque de Barros. 2002. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- » Lévi-Strauss, Claude. 1993. *Antropologia estrutural dois*. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- » Lima, Gercina Ângela Borém. 2004. O modelo simplificado para análise face-tada de Spiteri a partir de Ranganathan e do Classification Research Group (CRG). En *Información, cultura y sociedad*. No. 11, 57-72.
- » Maués, Raymundo Heraldo. 1999. *Uma outra "invenção" da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: Cejup.
- » Mintz, Sydney W. 1982. Culture: an anthropological view. En *The Yale Review*. Vol. 17, no. 4, 499-512.
- » Mostafa, Solange Puntel y Walter Moreira. 1999. Referenciais teóricos da área de informação: sobre Isa e Vânia para os professores da ABEED. En *Transinformação*. Vol.11, no. 1, 16-26.
- » Nascimento, Denise Morado. 2005. *A edificação urbana como expressão da prática informacional: análise do campo tectônico de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 194 p. Tesis de doctorado.
- » Novo, Hildenise. 2007. *A elaboração de taxonomia: princípios classificatórios para domínios interdisciplinares*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. 172 p. Tesis de maestría.
- » Novo, Hildenise. 2010. A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar. En *Ponto de Acesso*. Vol.4, no.2, 131-156. <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>> [Consulta: 22 dezembro 2010].
- » Nunes, Benedito. 2004. *Um conceito de cultura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura.
- » Raghavan, K. S. 2011. Knowledge representation in the spiritual and cultural domains. En *The Open Information Science Journal*. Vol. 3, 5-11.
- » Ranganathan, S.R. 1967. *Prolegomena to library classification*. Bombay: Asia Publishing House.
- » Rozados, Helen Beatriz Frota. 2003. A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. En *Em Questão*. Vol.9, no. 1, 79-94.
- » Sahlins, Marshall. 1997. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). En *Mana*. Vol. 3, no. 1, 41-73.
- » Schreiner, Heloisa Benetti. 1979. Considerações históricas acerca do valor das classificações bibliográficas. En Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica (1a: 1976: Rio de Janeiro). *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro: IBICT. p. 190-207.

- » Spiteri, Louise F. 1995. The Classification Research Group and the Theory of Integrative Levels. En *The Katharine Sharp Review*. No.1.
- » Thompson, J.B. 1995. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.
- » Williams, Raymond. 2008. *Cultura*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

